

RESEARCH ARTICLE

Divisão sexual do trabalho no Ensino Médio Integrado: a experiência de jovens mulheres no IFRS

Vanessa Soares de Castro ^{a,1}, Nathália Luísa Giraud Gasparini ^{b,2}

(a) Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Ibirubá | Ibirubá, Rio Grande do Sul, Brasil
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9492092883391009>


(1) E-mail (Corresponding author): vanessacastro90@gmail.com

(b) Mestrado em Estudos das Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Restinga | Restinga, Rio Grande do Sul, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7044806913567547>

(2) E-mail: nathalia.gasparini@restinga.ifrs.edu.br

História do artigo / Article history

Recebido: 29 agosto 2021 | Aceito: 03 dezembro 2021 | Publicado online: 21 março 2022.

© O(s) Autor(es) 2022 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0). 

RESUMO

Este trabalho lança um olhar sobre as experiências de estudantes mulheres do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico de uma instituição federal de educação a partir da perspectiva dos estudos feministas e de gênero, em especial das contribuições do feminismo interseccional, do feminismo marxista e do feminismo materialista, tendo como central o conceito de divisão sexual do trabalho. Busca-se apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa quali/quantitativa realizada com estudantes mulheres de dois campi da instituição entre 2020 e 2021, analisando as respostas fornecidas pelas participantes por meio de um formulário com questões sobre suas experiências no Ensino Médio integrado. Foi possível observar como as opressões de gênero, em intersecção com raça e classe, se apresentam na percepção das estudantes sobre sua formação, tomando formas diversas, mas apresentando padrões que demonstram a validade do conceito de divisão sexual do trabalho para o aprofundamento da compreensão sobre as práticas vigentes no cotidiano da educação profissional e tecnológica, especificamente no Ensino Médio Integrado.

Palavras-chave | Ensino Médio Integrado. Divisão sexual do trabalho. Interseccionalidade.

ABSTRACT / RESUMEN

Sexual division of labor in secondary education integrated to technical education: the experience of young woman at IFRS

Abstract | This paper presents a look into the experience of female students of secondary education integrated to professional and technological education in a federal institution. The theoretical approach relies on feminist and gender studies, especially from the contribution of intersectional feminism, Marxist feminism, and materialist feminism, focusing on the concept of the sexual division of labor. The main aim is to present the preliminary results of **quantitative-qualitative research** held with female students from two campuses of the institution between 2020 and 2021, in which their responses to a questionnaire regarding their experiences in the integrated technical and secondary courses were analyzed. As a result, it was possible to observe that gender oppression, intersecting with race and social class, is perceived by these students. It takes several forms, but presents patterns that evince the validity of the concept of sexual division of labor in order to deepen the comprehension of current practices of professional and technological education, particularly in the secondary level.

Keywords | Secondary education integrated to professional and technological education; sexual division of labor; intersectionality.

División sexual del trabajo en la Enseñanza Secundaria Integrada: la experiencia de jóvenes mujeres en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande del Sur

Resumen | Este trabajo analiza las experiencias de estudiantes mujeres de la Enseñanza Secundaria Integrada a la Educación Técnica en una institución educativa federal. Los presupuestos teóricos se basan en los estudios feministas y de género, especialmente en los aportes del feminismo interseccional, el feminismo marxista y el feminismo materialista, teniendo como eje central el concepto de la división sexual del trabajo. Se busca presentar los resultados preliminares de una investigación cualitativa/cuantitativa realizada con alumnas de dos campus de la institución entre 2020 y 2021, analizando las respuestas de las participantes a un formulario con preguntas sobre sus experiencias en la Enseñanza Media Integrada. Se pudo observar el modo como la opresión de género, en intersección con raza y clase, se presenta en la percepción de las estudiantes sobre su educación, tomando diferentes formas, pero presentando patrones que demuestran la vigencia del concepto de división sexual del trabajo para profundizar la comprensión de las prácticas actuales en la educación profesional y tecnológica diaria, específicamente en la Enseñanza Secundaria Integrada.

Palabras-clave | Enseñanza Secundaria Integrada a la Educación Técnica; división sexual del trabajo; interseccionalidad.

Introdução

O Ensino Médio Integrado se apresenta atualmente como uma possibilidade de acesso às/aos jovens à educação básica e à profissional de forma indissociável, sendo espaço de formação

para o trabalho bem como de preparação para a cidadania. Sem deixar de fazer uma crítica a uma visão da educação profissional e tecnológica que a entende como a panaceia para o desemprego, nos propomos a compreender como, antes mesmo da chegada no mundo do trabalho propriamente

dito, discriminações historicamente construídas interferem no percurso formativo dos sujeitos da educação profissional. Especificamente, nos propomos aqui a debater como as relações de gênero, em intersecção com raça e classe, estão presentes e se interpõem na formação profissional de jovens mulheres estudantes do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico de dois campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Realizamos essa discussão tendo como eixo central o conceito de divisão sexual do trabalho, cunhado no seio dos estudos feministas para se referir não apenas à realidade das mulheres no mercado de trabalho, como também para demonstrar como a questão do trabalho se relaciona com a criação de um sistema de gênero e, logo, com a opressão das mulheres – em sua heterogeneidade racial e de classe – de forma geral.

A discussão será realizada a partir da apresentação dos resultados preliminares da primeira fase da pesquisa intitulada “Relações de poder e divisão sexual do trabalho na formação profissional de jovens mulheres: pesquisa exploratória multicampi no IFRS”. A pesquisa investiga a experiência das jovens estudantes do Ensino Médio Integrado de dois campi: Ibirubá, localizado em um município de mesmo nome no interior do estado (com cursos de Mecânica, Informática e Agropecuária), e Restinga, cujo nome remete ao bairro onde fica localizado, na periferia de Porto Alegre (com cursos de Eletrônica, Informática e Lazer). A primeira fase da investigação teve início em 2020 e foi finalizada em 2021, tendo sido realizada a partir de um questionário online respondido por estudantes mulheres de todos os cursos dos campi Ibirubá e Restinga. A pesquisa está em sua segunda fase, que teve início em 2021, e busca agora aprofundar a compreensão do tema por meio de grupos focais com as estudantes.

O objetivo geral da pesquisa é investigar como o atravessamento das relações de poder com base em gênero – em intersecção com outros marcadores sociais, como raça e classe – afeta a formação profissional de estudantes do Ensino Médio Integrado dos campi pesquisados. De maneira mais específica, buscamos também identificar as formas particulares que essas

dinâmicas de poder tomam, mapeando semelhanças e diferenças entre os cursos e entre os campi; descrever como essas dinâmicas de poder afetam na prática a formação das jovens; e identificar estratégias de resistência usadas por elas.

Compreendemos a necessidade de estudar a relação entre formação profissional e gênero a partir de dados que revelam a desigualdade de gênero dentro dos espaços educacionais, sendo ainda mais visível nos níveis mais elevados de ensino, bem como nas áreas de conhecimento mais valorizadas. Mesmo as mulheres sendo maioria no ensino superior (57,2% entre os/as matriculados/as), elas representam mais de 90% das/os matriculadas/os em cursos atrelados ao trabalho reprodutivo, como serviços de beleza, pedagogia, terapia ocupacional, serviço social, entre outros associados a atividades de cuidado e reprodução, tidas como tipicamente femininas (BRASIL, 2020). Já os homens ocupam mais de 86% das vagas em cursos intimamente relacionados ao trabalho produtivo, ou seja, que produzem valor para o mercado e por isso são socialmente valorizados, como sistemas automotivos, engenharia mecânica, engenharia da computação, ciência da computação, engenharia elétrica, entre outros. O mesmo fenômeno se repete em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio: em termos quantitativos, as mulheres estão majoritariamente inseridas nos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde, Turismo, Hospitalidade e Lazer, e Gestão e Negócios (BORDIGNON, 2017).

A partir destes dados, de nossos referenciais teóricos e de nossas experiências enquanto profissionais da educação trabalhando com jovens estudantes inseridas em cursos de educação profissional e tecnológica, questionamos as jovens quanto a suas expectativas com relação aos seus cursos, suas experiências na instituição, em sala de aula, nos estágios e em outros espaços, e suas perspectivas futuras envolvendo estudo e trabalho. Ao analisar suas respostas sob as lentes de teorias feministas e de gênero, bem como de teorias que discutem educação e trabalho, esperamos demonstrar e examinar como a divisão

sexual do trabalho está posta e afeta a relação das jovens com a formação técnica, seu aprendizado e suas perspectivas enquanto profissionais em formação.

Educação profissional e gênero na perspectiva da divisão sexual do trabalho

Ao apresentar o livro *Educação e Crise do Trabalho*, Frigotto (2013a) expõe a situação aguda que vivemos hoje, com o aumento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho. No âmbito educativo, se nas décadas passadas a qualificação profissional parecia promessa certa de melhores empregos e ascensão social, hoje ela garante apenas competitividade e “empregabilidade” (FRIGOTTO, 2013a, p. 15), ou seja, cada indivíduo deve garantir seu próprio desenvolvimento de competências e habilidades que lhe possibilitem melhores chances no competitivo mercado de trabalho. Passa-se, então, a educar para o desemprego, para formar sujeitos que consigam se adaptar e se adequar para competir pelos poucos empregos disponíveis (GENTILI, 2013). Desse modo, como aponta Frigotto (2013b), não se abordam os motivos do desemprego, mas sim se volta a culpa sobre o próprio indivíduo quando este não obtém sucesso na busca e na manutenção de um emprego. O autor demonstra de forma contundente como essa ideologia amplia a exploração dos/as trabalhadores/as, e como dela deriva uma formação profissional alienante, que produz cidadãos que não lutam por seus direitos e apenas aceitam o consenso.

A partir dessa noção de que a educação profissional não é a resposta derradeira ao desemprego, é preciso pensar em como ela se coloca (ou deveria se colocar) frente à realidade, especialmente na modalidade do Ensino Médio Integrado, foco desta pesquisa. Uma educação integrada, segundo nos dizem Araújo e Frigotto (2015), se propõe a seguir um princípio pedagógico voltado a desenvolver nos sujeitos a ampliação da capacidade de compreensão de suas realidades específicas e da sua relação com a totalidade social, se comprometendo com uma

formação inteira, oposta às práticas fragmentadoras do saber, buscando ampliar seus horizontes, promover sua autonomia e desenvolver amplamente suas faculdades físicas e intelectuais. Essa educação integrada visa a “formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de fraternidade e de justiça social” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 68).

Entretanto, observamos que há impasses nessa educação que se pretende integral, provenientes especialmente das desigualdades que perpassam os sujeitos sociais dentro e fora do processo de escolarização. Nesse sentido, as relações de gênero, em sua intersecção com raça e classe, são um elemento central quando o tema é educação profissional e tecnológica. Afirmamos isto tendo em vista a situação das mulheres hoje no mundo do trabalho, em média com mais tempo de escolarização que os homens, mas ainda em situação de maior vulnerabilidade. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2017/2018 (BRASIL, 2020) mostra que as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão em maior número entre as pessoas desempregadas, bem como entre aquelas trabalhando na informalidade, e seguem recebendo menores remunerações. Assim, se já se educa todo futuro trabalhador para uma situação de desemprego e competitividade, isto se dá em nível ainda maior para as mulheres, uma vez que a precarização tem especificidades que fazem parte da estrutura do capitalismo. Homens e mulheres estão divididos em áreas de ocupação, com as mulheres concentradas nos setores de educação, alojamento e alimentação, saúde e serviços sociais e serviços domésticos, e os homens nas atividades de agricultura e pecuária, indústria, construção, transporte e armazenagem. Ou seja, as mulheres seguem concentradas em áreas tidas como femininas, sendo também áreas menos valorizadas social e economicamente.

Essa divisão entre atividades femininas e masculinas, com desvalorização daquelas consideradas como femininas, se explica pela divisão sexual do trabalho, que não apenas “é a

forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, mas, mais do que isso, é “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599); nesse sentido, numa ótica materialista, a própria divisão do trabalho cria uma hierarquização de atividades e, com isso, um sistema de gênero.

A divisão sexual do trabalho destina prioritariamente os homens às esferas produtivas da sociedade (aquelas que produzem valor de troca, voltadas para o mercado, sendo por isso também socialmente valorizadas) e as mulheres à esfera reprodutiva (tarefas de reprodução da mão-de-obra trabalhadora, como o cuidado com crianças, manutenção do espaço doméstico, alimentação, entre outras, consideradas não-trabalho) (FEDERICI, 2017; KERGOAT, 2009). Kergoat (2009) aponta que essa divisão parte de uma ideologia naturalista, em que existiriam papéis sociais que remetem a um “destino natural da espécie” para cada sexo, sendo que o uso do conceito de divisão sexual do trabalho visa a desnaturalizar essa relação determinista e mostrar que ela é resultado de relações sociais, assim como outras formas de divisão do trabalho.

A divisão sexual do trabalho não se restringe à relação e à divisão homem/mulher, masculino/feminino, sendo imprescindível o entendimento das interseccionalidades nesse debate. Classe, raça e outros marcadores, a depender do contexto, fazem com que diferentes mulheres ocupem posições diversas nessa divisão. Um exemplo disso é o fato de que cada vez mais mulheres brancas de classe alta ascendem profissionalmente e, sendo ainda as responsáveis pelo cuidado familiar e doméstico, usam de seus recursos para delegar esse trabalho a mulheres pobres, geralmente negras (HIRATA; KERGOAT, 2007). Como já vimos, as mulheres negras enfrentam a situação de maior precariedade no mundo do trabalho, sendo, ainda, as principais ocupantes do trabalho doméstico remunerado.

Entender a divisão sexual do trabalho se trata de entender que uma parcela significativa de trabalho socialmente necessário é invisibilizado e

desvalorizado, pois é realizado pelas mulheres no interior da família, sendo feito em nome do amor ou do dever maternal (KERGOAT, 2009) – ou, quando delegado a outra mulher, é um trabalho com baixa remuneração. Trata-se de entender também que essa divisão é responsável por formar uma determinada “feminilidade”, que envolve os corpos e as subjetividades das mulheres desde cedo, os adequando às necessidades do trabalho doméstico, na família, e para os homens (FEDERICI, 2019). Assim é que essa feminilidade demanda a preparação para cuidar, agradar, educar, dar afeto, estar atenta às necessidades dos outros, de modo que, como afirma Federici (2019), frequentemente o trabalho fora de casa é uma extensão do trabalho doméstico, feito em áreas de atuação nas quais se entende que essas habilidades e disposições se encaixam perfeitamente.

Levando em conta esse panorama da divisão sexual do trabalho, bem como o entendimento de que ela está presente na educação e na socialização, sendo a escola também um espaço de manutenção desta divisão (ZAIMAN, 2009), fazemos alguns questionamentos: Como a divisão sexual do trabalho se interpõe na formação das jovens mulheres estudantes dos cursos técnicos de nossas instituições? De que forma os estereótipos e a socialização de gênero, tendo por base a divisão sexual do trabalho, afetam a formação das jovens, especialmente daquelas presentes em cursos tradicionalmente masculinos?

Com relação à ocupação das vagas em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, em termos quantitativos, as mulheres estão majoritariamente inseridas nos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde, Turismo, Hospitalidade e Lazer, e Gestão e Negócios (BORDIGNON, 2017), ou seja, em áreas ligadas ao trabalho reprodutivo. E, mesmo quando ocupam cursos técnicos considerados “masculinos”, algumas pesquisas vêm mostrando as implicações significativas dos estereótipos de gênero advindos da divisão sexual do trabalho já no espaço de formação. A pesquisa de Oliveira (2014), por exemplo, mostra como os corpos das mulheres são tratados nos cursos de Mecânica, Eletrotécnica e

Refrigeração do Instituto Federal de Pernambuco, trazendo implicações com relação às suas vestimentas e sua sexualidade, bem como questionamentos sobre suas capacidades físicas e intelectuais e seu pertencimento a determinados espaços. Esses achados no campo da educação profissional têm sua continuidade no mercado de trabalho (ou são justamente consequência da forma como atua o mercado de trabalho?), quando, em determinados espaços, há “uma ausência de aceitação dos corpos das mulheres e dos ‘corpos femininos’ no trabalho, sempre considerados incongruentes nos meios de trabalho mais técnicos” (LAPEYRE, 2019, p. 258).

Outras pesquisas também buscam compreender as desigualdades de gênero em cursos superiores tradicionalmente masculinos, especialmente nas engenharias e nas ciências duras. É o caso da área de estudos relacionados à “inclusão subalterna das mulheres nas ciências” (LIMA, 2008, p. 119), que investiga o conjunto de barreiras no percurso formativo, chamado de labirinto de cristal, que impede que mulheres ascendam nas carreiras dessas áreas na mesma constância que seus pares homens, como demonstra a pesquisa de Lima (2008). Ou seja, não apenas o corpo das mulheres é considerado impróprio para o serviço técnico considerado masculino, como também sua inteligência e seus “méritos científicos” são questionados. Sendo, entretanto, as “inteligências descorporificadas” (LIMA, 2008, p. 887) dentro do campo acadêmico, sequer é possível questionar as discriminações sofridas.

Entretanto, poucos estudos se debruçam sobre os meandros dessas desigualdades em cursos de Ensino Médio Técnico e sobre os impactos que esses estereótipos podem ter em jovens que têm na formação básica seu primeiro contato com o mundo do trabalho. Nossa investigação, então, busca observar as especificidades que esta divisão toma nos cursos de dois campi do IFRS, de modo a contribuir com o conhecimento sobre as relações de poder que permeiam a educação profissional, bem como subsidiar ações em nosso espaço específico de atuação.

Procedimentos metodológicos

A abordagem usada na primeira etapa desta investigação, que analisamos aqui, foi quanti/qualitativa, sendo as informações de pesquisa construídas junto ao público participante a partir de respostas a um questionário eletrônico elaborado com o uso da ferramenta Formulários Google. O formulário foi elaborado pelo grupo de pesquisa, composto por três servidoras e cinco estudantes do Ensino Médio Integrado dos dois campi, cuja participação, como parte do público-alvo das perguntas, foi essencial para a atualização dos objetivos de pesquisa em instrumento de investigação.

O formulário foi divulgado a todas as estudantes mulheres dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio dos campi Ibirubá e Restinga do IFRS. Continha questões objetivas fechadas, relativas à caracterização das respondentes (idade, cor, renda familiar, curso, etc.), bem como questões a respeito de sua opinião sobre a instituição, seu curso, sua vivência escolar, estágio, o mercado de trabalho, entre outras, cujas possibilidades de resposta eram dadas por meio da escala Likert de 1 a 5. Também foram feitas questões abertas, solicitando que as estudantes escrevessem sobre suas vivências e percepções a respeito de diversos aspectos relativos ao tema da investigação. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS.

Consideramos, assim como Minayo (2009), que o uso da abordagem quali/quanti produz “riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (p. 22). Nesse sentido, o uso do recurso quantitativo deuse não por entendermos que a ciência deva propor a objetividade e a neutralidade pura e simples, mas sim por se tratar de um método útil para a realização de uma análise que leve em conta dados da realidade compartilhados entre o público participante, já que possibilita que um maior número de respostas seja coletada. Já com as questões abertas, buscamos adentrar, mesmo com os limites inerentes ao uso do questionário online, no universo de significados, de relações e de representações das participantes. Em uma

segunda etapa da pesquisa, será realizado um grupo focal (de forma online, devido à atual situação pandêmica) com estudantes voluntárias participantes da primeira etapa, visando a explorar com mais profundidade os tópicos levantados no questionário.

Os resultados e discussões apresentados aqui advêm da análise preliminar de respostas a determinadas perguntas do questionário online, sobretudo aquelas relacionadas às disciplinas técnicas e às percepções das estudantes sobre a divisão sexual em suas experiências na instituição. A análise foi realizada por meio da leitura em grupo das respostas a partir de sua classificação em diferentes categorias: tanto a partir do perfil das respondentes (por curso, por cor, por ano do curso, entre outras) quanto por temas abordados (aulas práticas, estágio, relação com colegas e professores, mercado de trabalho, etc.). Os resultados aqui discutidos representam uma parcela dos resultados gerais, mas já permitem perceber características importantes da manifestação da divisão sexual do trabalho na educação profissional das jovens nos campi estudados.

Resultados e discussão

Um total de 75 estudantes participaram da pesquisa, sendo 50 do campus Restinga (66,7%) e 25 do campus Ibirubá (33,3%), sendo os cursos Técnicos em Informática, Informática para Internet e Lazer os mais representados. As principais participantes da pesquisa foram estudantes ingressantes na instituição (40%), com a participação decaindo nos anos posteriores, sendo 34,7% das respondentes estudantes de 2º ano, 22,7% de 3º ano, e 2,7% de 4º ano. Esta pode ser considerada uma limitação importante da pesquisa, já que as principais respondentes tiveram menor tempo de vivência na instituição. Com relação a cor, 77,3% se identificaram como brancas e 22,7% como negras (pretas ou pardas).

Um dos eixos de interesse do questionário, e que é central para a discussão aqui tecida sobre como se manifesta a divisão sexual do trabalho no Ensino Médio Integrado, diz respeito aos seguintes questionamentos: Como as

estudantes se sentem durante as aulas das disciplinas que compõem a formação técnica de seus cursos? Elas percebem diferença de tratamento durante essas aulas em relação ao tratamento direcionado aos estudantes homens? Quando perguntadas o quanto se sentem à vontade nas aulas dessas disciplinas, 62,7% das participantes revelou algum grau de insegurança ou inibição em relação à sua participação. Quando perguntadas se percebem diferenças de tratamento por parte dos professores em relação a estudantes homens e mulheres, um total de 35% responderam que às vezes, muitas vezes ou sempre, enquanto 18,7% responderam raramente, 24% responderam que nunca perceberam, e 21,3% não se sentia capaz de responder pelo ingresso recente na instituição.

Quando questionadas sobre que diferenças percebiam no tratamento dispensado a estudantes homens e mulheres nas aulas técnicas, em uma pergunta aberta e opcional, 26 participantes responderam. Nessas respostas dissertativas, uma série de fenômenos foi elencada pelas estudantes por meio da narração de situações episódicas ou que consideram recorrentes, entre elas: priorização, por parte do/a professor/a, de estudantes meninos para fazer demonstrações práticas, exemplificar questões profissionais e realizar tarefas consideradas “pesadas” ou complexas; incredulidade dos professores ao perceberem que as estudantes conseguem fazer determinadas atividades consideradas masculinas e/ou complicadas; mais respeito, por parte da turma e dos professores, com turnos de fala dos meninos do que das meninas; maior flexibilidade com a indisciplina dos meninos do que das meninas; supervalorização da participação dos meninos em relação às meninas, com maior tempo e dedicação dos professores para explicações aos meninos, incluído o olhar direcionado a eles durante aulas expositivas; medo de participar das atividades das aulas técnicas e de atividades esportivas por parte das meninas; divisão entre os próprios estudantes, durante trabalhos, de tarefas condizentes com o comportamento de gênero esperado. No conjunto dessas respostas, observamos que: 1) foram relatadas ações explícitas que reproduzem a

divisão sexual do trabalho no ambiente escolar, por diferentes agentes; 2) foram narradas situações de natureza simbólica que despertam nas meninas o sentimento de preterimento de sua formação profissional em relação à dos meninos.

No primeiro sentido, as estudantes narraram práticas educacionais que reproduzem a divisão sexual do trabalho na instituição, chegando a privar estudantes mulheres da experiência e de fazeres profissionais para os quais a formação técnica do Ensino Médio Integrado deveria prepará-las. Dois relatos são representativos dessa reprodução:

Como faço o curso técnico em mecânica, os técnicos do laboratório dão mais credibilidade para os meninos operarem nas máquinas, eu particularmente já fui "retirada" de um aparelho específico por um técnico supervisor, quando inúmeros meninos podiam operá-lo. (Estudante do curso de Mecânica, branca)

Muitas vezes alguns professores deixam as meninas por último ou preferem que os meninos demonstrem algum experimento/atividade porque acham que nós, meninas, não somos capazes. (Estudante do curso de Eletrônica, branca)

O que observamos é que em situações bem específicas, que tradicionalmente fazem parte das atividades escolares, como dividir tarefas entre estudantes e demonstrar experimentos, e da formação técnica em particular, como experimentar práticas que fazem parte das incumbências profissionais prospectadas pelo curso que escolheram, as estudantes sentem os efeitos da divisão sexual, ou seja, muito antes de, de fato, entrarem no mercado de trabalho. O corpo feminino é trazido como uma barreira intransponível para que as mulheres possam acessar os saberes e as técnicas profissionais dessas áreas tidas como masculinas, como mostra Oliveira (2014), que em suas entrevistas com estudantes adultas dos cursos de Mecânica, Eletrotécnica e Refrigeração encontrou relatos muito próximos aos que observamos junto às

jovens do Ensino Médio Integrado, de interdição e preterimento em determinadas práticas. Essas adolescentes experimentam, desde a formação de nível médio, restrições que “conformam as escolhas, impõem desigualmente as responsabilidades e incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras” (BIROLI, 2016, p. 737). Não podendo experimentar, praticar e aprender em igualdade de condições com seus colegas, as jovens têm sua formação prejudicada de forma concreta.

Se esses relatos desvelam uma divisão sexual do trabalho que se revela a partir de ações materiais, facilmente observáveis, e que tem efeitos práticos na formação profissional, como a atribuição de tarefas, outras respostas das estudantes demonstram que elas passam por vivências a que aqui chamamos de simbólicas, porque se manifestam através da comunicação, da representação e da hierarquia no acesso ao conhecimento. Entretanto, não é por sua natureza simbólica, imaterial, que deixam de ter efeitos na formação das jovens. Esses relatos, por um lado, revelam situações que corroboram a impressão de que as meninas são consideradas incapazes, ajudando na manutenção dos estereótipos de gênero; por outro, se apresentam de maneira menos óbvia do que na divisão de tarefas. É o caso de relatos muito semelhantes de duas estudantes do curso de Informática, que comentam sobre a atenção despendida às dúvidas das meninas durante as aulas nas disciplinas técnicas: “A atenção é diferente. Os professores (alguns) dão atenção e explicam melhor para os meninos e para as meninas é mais ‘por cima’. Ou quando não entendemos não quer continuar explicando...” e “Quando o professor faz um pergunta, olha diretamente para os meninos (esperando uma resposta já). Ou quando exemplifica uma situação profissional usa os meninos como o profissional.”.

O que esses relatos revelam é que, como aparece em outras respostas a esse item do questionário, algumas jovens sentem que seu processo de aprendizagem é construído tanto simbólica e discursivamente, quanto materialmente, como menos importante do que a dos colegas homens. Conforme afirma Biroli

(2016), isso é a marca da divisão sexual do trabalho, que cria o próprio sistema de gênero: as diferenças atribuídas entre feminino e masculino, de forma binária e inflexível, “embora sejam codificadas como algo que corresponderia ao sexo biológico, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção das suas vidas para mulheres e homens” (BIROLI, 2016, p. 731). Mesmo estando na mesma sala de aula que seus colegas homens, as jovens são tratadas como não pertencentes de fato àquele universo profissional, como se não estivessem sendo preparadas para exercer a mesma profissão, com as mesmas capacidades técnicas.

Relacionando esses relatos ao percentual de respostas de 18,7% de estudantes que responderam que raramente sentem diferenças de tratamento e 24% que responderam que nunca perceberam tais diferenças, cabe uma investigação acerca de em que Campus e em que cursos essas diferenças são mais sentidas. Os cursos nos quais as estudantes mais apontam diferenciações nas aulas técnicas, afirmando que notam que estas acontecem sempre, muitas vezes ou ao menos às vezes, são Eletrônica (66,7%) e Mecânica (50%). Entretanto, mesmo não apontando essas distinções de forma tão presente em sua vivência nos cursos, quando perguntadas se acreditam que existe diferenciação de gênero no mercado de trabalho em sua área, todas as estudantes dos cursos de Mecânica, Eletrônica e Informática responderam que sim, bem como 90% das estudantes de Agropecuária. As estudantes do curso de Lazer foram as que apontaram menor concordância de que existe essa diferenciação em comparação às demais: 58,8%. Discutiremos mais adiante algumas das características específicas que esse curso apresenta.

Observando esses achados, podemos ver que, por mais que muitas das jovens não observem diretamente em suas práticas de aprendizado técnico formas de diferenciação de gênero, em sua maioria elas compreendem que esse fenômeno ocorre no mercado de trabalho. Os motivos desse entendimento sobre o mercado de trabalho, bem como seus efeitos na formação das jovens, ainda merecem maiores investigações. Cabe o questionamento, ainda, sobre as percepções

particulares de cada sujeito, em dois aspectos que nos remetem à forma como funcionam as relações de gênero. O primeiro deles é que as relações de gênero são também permeadas pelas relações raciais e de classe, e não vão ser vividas da mesma forma por todas as mulheres (e todos os homens). Ainda na questão aberta sobre percepções de diferenciações nas aulas práticas, uma estudante do curso de Eletrônica, branca, que respondeu que raramente sente diferença de tratamento, relatou que as diferenciações entre estudantes homens e mulheres “São coisas mínimas, mas que incomodam um pouco”. Ou seja, ela percebe que elas ocorrem, mas não considera que sejam de grande importância. De forma contrastante, entretanto, estudantes negras relataram ter vivenciado agressões e insultos em sua vivência na instituição, a maior parte de cunho racial:

Houve também um episódio no meu primeiro ano onde o professor entrou dentro de sala de aula proliferando comentários racistas, humilhando eu e os meus colegas. E esse episódio se repetiu durante todas as suas aulas, fazendo com que muitos dos meus colegas quase desistissem do curso, já que o professor chegava dentro de sala de aula e alegava que por estar onde estávamos não teríamos um futuro, segundo ele “decente”. (Estudante do curso de Eletrônica, negra)

Uma vez um colega tirou uma foto minha, na foto eu estava sentada no chão do lab com outros colegas, pois não tinha mais cadeiras, ele colocou como legenda da foto: “vendo filhote de escravo”. Eu abri o grupo do snap da turma e lá estava minha foto. Me senti muito mal, me senti feia e inferior. (Estudante do curso de Agropecuária, negra)

Esses são relatos que demonstram como não se pode deixar de discutir como as vivências das mulheres são diferentes e se interseccionam com a raça, a classe, a orientação sexual, e com outros marcadores, a depender do contexto. Não vivenciar estas discriminações, inclusive, faz com que as estudantes brancas percebam menos sua

existência no campus e a interpretem de modo diverso a forma com que as situações como as narradas são encaradas pela instituição. Entre as estudantes brancas, apenas 3,4% avaliam negativamente a forma como a instituição lida com a diversidade racial e com casos de racismo e discriminação racial; já entre as estudantes negras, esse número sobe para 23,5%.

Além disso, o segundo ponto que precisa ser levado em conta ao discutir as relações de gênero no contexto educacional é o modo como elas atuam em um processo de naturalização e invisibilização de si mesmas, o que faz com que homens e mulheres se habituem à forma como se manifestam. Afinal, se a atribuição de funções sociais diferentes e desiguais a homens e mulheres é legitimada pela ideologia naturalista, que “reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2009, p. 599), se justifica a aceitação social e o não questionamento desses papéis. Isso favorece o apagamento e a descredibilização das violências sofridas, já que muitas vezes se tratam de situações corriqueiras, portanto interpretadas como irrelevantes. Muitas jovens, no entanto, percebem isso, e apontam essa naturalização como problemática, o que podemos ver em algumas de suas falas: “Sempre houve o “favoritismo” por meninos” (Estudante do curso de Informática para internet, branca); “Os meninos sempre têm prioridade na hora de responder a questões e fazer as partes práticas.” (Estudante do curso de Mecânica, branca); e “Às vezes nem parte do Professor, mas das próprias meninas e meninos que dividem inconscientemente as tarefas, e quando parte do professor é sempre coisas do tipo que envolvem força, erguer, pegar e etc...” (Estudante do curso de Agropecuária, negra). Uma respondente, inclusive, usa o termo “inconsciente” para se referir a como essa divisão é colocada em prática, apontando assim para a dimensão impensada, irrefletida, destes atos, que transcendem uma decisão racional dos sujeitos por agir de modo discriminatório.

Esse pretensão pertencimento natural das mulheres às tarefas de reprodução social ganha contornos específicos em um dos cursos

investigados, sendo o único relacionado ao trabalho reprodutivo: o curso de Lazer. O curso de Lazer está ligado a atividades de relação com o outro, atuando com temáticas como educação, cultura, recreação, qualidade de vida, criatividade, entre outras. Seus fazeres estão ligados a satisfação de necessidades, direitos e demandas do outro, ou seja, tarefas muito mais ligadas a atividades reprodutivas, historicamente atribuídas a mulheres, e desvalorizadas enquanto trabalho. As falas das estudantes mostram que esta área também é marcada por subdivisões, de modo que em suas frestas está colocada a divisão sexual do trabalho que vemos nos demais cursos investigados.

Geralmente as atividades esportivas de lazer tem uma predominância masculina, percebo que muitas meninas não se sentem à vontade para entrar nos jogos por isso. A situação muda totalmente quando a atividade é feita só com mulheres, um exemplo disso é o futebol. Quando é misto, poucas meninas jogam, mas quando são só mulheres todas jogam. (Estudante do curso de Lazer, negra)

Só percebo em algumas situações que as vezes o interesse dos meninos não é muito grande e aqueles que demonstram interesse são supervalorizados. As gurias que querem trabalhar na área têm que cuidar porque muitas vezes exigem que elas façam mais tarefas mais atreladas ao cuidado dentro dos espaços de lazer. (Estudante do curso de Lazer, branca)

Na fala das alunas, observam-se divisões e modos de organização com base no gênero, mas que tomam formas específicas ao curso, diferentes daquelas presentes nos cursos considerados masculinos: os homens que se aventuram no Lazer são superestimados, por estarem entrando em um espaço que, a princípio, não seria de sua “natureza”, enquanto que, para as mulheres, a presença em uma área cujos saberes técnicos são voltados para a atenção ao outro, é considerada quase que como uma extensão de sua natureza.

Como dizem as participantes, as estudantes são, inclusive, direcionadas a funções de cuidado dentro da área, enquanto os homens se direcionam aos jogos, aos esportes, atividades internas ao lazer, mas que fogem ao estereótipo do cuidado. Atua aí uma “essencialização das ‘qualidades’, sobretudo relacionais, das mulheres, que se transformam em ‘competências’ e in fine lhes abrem ‘naturalmente’ o caminho para toda uma série de funções de suporte” (LAPEYRE, 2019, p. 251).

Logo, ainda que em uma análise preliminar, observamos que a divisão sexual do trabalho, marcada por relações interseccionais, é percebida pelas estudantes do Ensino Médio Integrado em diferentes graus. Elas reconhecem, na sua vivência na instituição, ações e discursos que identificam como decorrentes das relações sociais de gênero e de raça, especialmente. Nesse sentido, enxergamos na educação profissional dessas jovens mulheres as ideologias biologizantes e limitantes do gênero feminino, que, no seu cerne, carregam as marcas da divisão e da hierarquização do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Essas marcas, conforme aponta Biroli (2016), limitam as alternativas dos sujeitos na medida em que fundamentam modos de organização da vida baseados em uma noção de tendências e aptidões que seriam “naturais” a mulheres e homens, dessa forma alimentando essas mesmas estruturas e garantindo, assim, sua reprodução. Parece-nos que é fundamental seguir investigando como esse fenômeno ocorre na instituição, a fim de compreender e também intervir nessa reprodução.

Considerações finais

Observamos como a divisão sexual do trabalho, enquanto um mecanismo multifacetado que atua na produção de desigualdades sociais, está posta na formação profissional das jovens estudantes do IFRS. Esse fenômeno apresenta especificidades, atuando diferentemente a depender da área técnica investigada e dos sujeitos envolvidos, apresentando caráter mais explícito ou mais nebuloso, como pudemos analisar a partir das falas das participantes. Tendo em vista esses

achados, em face da realidade da educação profissional e tecnológica, entendemos que uma educação que se pretende integral precisa se atentar para as diferenças que produz e reproduz. De outra forma, ela deixa de oferecer uma educação que esteja de fato atenta à realidade social, como também segue contribuindo material e simbolicamente para que esta realidade permaneça desigual ao deixar determinados sujeitos alheios a uma formação crítica e transformadora. Todos e todas se beneficiam de uma formação que leve em conta estas iniquidades e que forme pessoas críticas e preparadas para questionar e enfrentar coletivamente as desigualdades do atual mundo do trabalho capitalista, constantemente em crise. Nas próximas fases da pesquisa, esperamos analisar esse fenômeno ainda mais de perto, incluindo as estratégias de resistência das estudantes, as percepções acerca do papel da instituição nesse fenômeno, o impacto dessas vivências em suas perspectivas profissionais e, no campo da ação, informar a comunidade escolar acerca dos resultados da pesquisa para planejar ações que possam intervir nessa realidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul e ao CNPq, que financiaram a investigação aqui apresentada, por meio de dois editais de fomento à pesquisa que proporcionaram a participação ativa de estudantes bolsistas em todas as etapas do projeto.

Referências

1. ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 13 fev. 2021.
2. BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-

- 681, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2020.
3. BORDIGNON, Liliane. A permanência das desigualdades de sexo na formação de técnicos de nível médio no Brasil. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 01, n. 18, p. 16-30, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/31519>. Acesso em: 05 fev. 2021.
 4. BRASIL. Presidência da República. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM 2017/2018**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2020.
 5. FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
 6. FEDERICI, Silvia. **Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
 7. FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a. p. 13-23.
 8. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. p. 25-54.
 9. GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 76-99.
 10. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2020.
 11. KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
 12. LAPEYRE, Nathalie. Igualdade profissional, corpo e sexualidade. In: MARUANI, Margaret. (Org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 250-262.
 13. LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal? As margens femininas das ciências**. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília: Brasília, 2008.
 14. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.
 15. OLIVEIRA, Sandra Maria Roque de. **O discurso da diferença entre homens e mulheres no IFPE, Recife, século XXI**. 2014. 311f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2014.
 16. ZAIDMAN, Claude. Educação e socialização. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 80-84.